

Entre o agreste e o sertão:

Documentos institucionais e temas em saúde nas aulas de Educação Física Escolar
no Estado de Alagoas

Between the waste and the wide:

Institutional documents and health topics in School Physical Education classes in the
State of Alagoas

Entre lo agreste y el sertão:

Documentos institucionales y temas de salud en las clases de Educación Física
Escolar del Estado de Alagoas

Ângelo André Gomes Cordeiro¹

Antonio Filipe Pereira Caetano²

Artigo científico

Linha de pesquisa: Prática pedagógica, currículo e formação de professores

RESUMO

O estudo teve como objetivo identificar a inserção da temática saúde nos documentos institucionais e nas frequências nas aulas de Educação Física dos docentes da Educação Básica do Estado de Alagoas (GERE's). A pesquisa configurou-se como qualitativa-quantitativa, transversal de caráter exploratório, descritivo e analítico, de base escolar, com abrangência estadual e corte transversal. Os participantes foram gestores e professores da 2^a, 5^a e 6^a GERE's. Para a coleta foi utilizado um questionário misto, com 85 itens, apresentado em formato *Google Docs*. Os resultados mostraram que a maioria das cidades (66,7%) não possui um documento que oriente os professores. Apenas 23,8% das cidades afirmaram ter um documento para o ensino da saúde. Positivamente, 57,1% dos municípios atestaram possuir uma coordenação de Educação Física. De forma geral, os professores discutem regularmente todas as dimensões da saúde, enfatizando, no entanto, a dimensão física ($2,07 \pm 0,51$) e ficando a dimensão social ($1,73 \pm 0,61$) com o menor escore. Conclui-se que a maioria

¹ Graduando em Educação Física/Licenciatura do Instituto de Educação Física e Esporte (IEFE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Bolsista FAPEAL da Programa de Iniciação Científica (PIBIC-2022-2023). Email: angelo.cordeiro@iefe.ufal.br

² Doutor em História (UFPE), docente do curso de Educação Física do Instituto de Educação Física e Esporte (IEFE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Email: filipe.caetano@iefe.ufal.br

das Secretarias de Educação das GERE's analisadas não elabora seus próprios documentos orientadores para a disciplina de Educação Física Escolar, bem como para o ensino da saúde, onde esses documentos eram anteriormente criados pelo Programa Saúde na Escola. Em resumo, os professores frequentemente abordam temas relacionados à saúde em todas as dimensões.

Palavras-chaves: Educação Física Escolar, Prática pedagógica, Ensino para Saúde.

ABSTRACT

The study aimed to identify the inclusion of the health theme in institutional documents and attendance in Physical Education classes of Basic Education teachers in the State of Alagoas (GERE's). The research was configured as qualitative-quantitative, transversal with an exploratory, descriptive and analytical character, school-based, with state coverage and cross-sectional. The participants were managers and teachers from the 2nd, 5th and 6th GERE's. For collection, a mixed questionnaire was used, with 85 items, presented in Google Docs format. The results showed that the majority of cities (66.7%) do not have a document that guides teachers. Only 23.8% of cities stated that they had a document for teaching health. Positively, 57.1% of municipalities attested to having a Physical Education coordination. In general, teachers regularly discuss all dimensions of health, emphasizing, however, the physical dimension (2.07 ± 0.51) and the social dimension (1.73 ± 0.61) with the lowest score. It is concluded that the majority of the GERE's Education Departments analyzed do not prepare their own guiding documents for the subject of School Physical Education, as well as for health teaching, where these documents were previously created by the School Health Program. In short, teachers often address topics related to health in all dimensions.

Keywords: School Physical Education, Pedagogical practice, Teaching for Health.

RESUMEN

El estudio tuvo como objetivo identificar la inclusión del tema salud en documentos institucionales y la asistencia a clases de Educación Física de profesores de Educación Básica en el Estado de Alagoas (GERE). La investigación se configuró como cuali-cuantitativa, transversal con carácter exploratorio, descriptivo y analítico, de ámbito escolar, de cobertura estatal y de corte transversal. Los participantes fueron directivos y profesores de 2º, 5º y 6º GERE. Para su recogida se utilizó un cuestionario mixto, con 85 ítems, presentado en formato Google Docs. Los resultados mostraron que la mayoría de las ciudades (66,7%) no cuentan con un documento que oriente a los docentes. Sólo el 23,8% de las ciudades afirmó tener un documento para la enseñanza de la salud. Positivamente, el 57,1% de los municipios acreditaron contar con una coordinación de Educación Física. En general, los profesores discuten regularmente todas las dimensiones de la salud, destacando, sin embargo, la dimensión física ($2,07 \pm 0,51$) y la dimensión social ($1,73 \pm 0,61$) con la puntuación más baja. Se concluye que la mayoría de los Departamentos de Educación del GERE analizados no elaboran documentos orientativos propios para la asignatura de Educación Física Escolar, así como para la enseñanza de la salud, donde estos documentos fueron creados previamente por el Programa de Salud Escolar. En definitiva, los docentes suelen abordar temas relacionados con la salud en todas las dimensiones.

Palabras clave: Educación Física Escolar, Práctica pedagógica, Enseñanza para la Salud.

INTRODUÇÃO

No Brasil, no final do século XIX e começo do século XX, a saúde foi compreendida num aspecto higienista, como um bem-estar físico-biológico (GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2003), defendido pelos médicos da elite e valorizando a população como um bem, como capital e recurso principal da nação (RABINBACH, 1992 apud GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2003). Aparentemente, havia uma importância maior ao desenvolvimento econômico da sociedade, camuflando com certa preocupação com hábitos mais higiênicos para a classe trabalhadora (mão de obra) evitando o contágio de enfermidades.

A Educação Física (EDF) teve um papel efetivo nesse período supracitado, sendo utilizada como meio de propagar ainda mais esse movimento, (re)educando as crianças para uma higienização dos corpos através da ginástica, antiga concepção do que hoje é Educação Física (COSTA; SANTOS; GÓIS JUNIOR, 2014; SOUZA, 2019). No segundo quartel do século XX, mais especificamente na década de 40, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades” (BRASIL, 1997, p. 65). Um novo conceito abrangendo um campo maior de dimensões relacionadas à saúde. Contudo, é bastante complexo estabelecer um conceito autêntico para a saúde, pois como é discutido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's),

Saúde não é um “estado estável”, que uma vez atingido possa ser mantido. A própria compreensão de saúde tem também alto grau de subjetividade e determinação histórica, na medida em que indivíduos e sociedades consideram ter mais ou menos saúde dependendo do momento, do referencial e dos valores que atribuem a uma situação (BRASIL, 1997, p. 65).

Os PCN's, elaborados em 1997, são documentos muito relevantes para nortear a educação brasileira orientando os docentes nas suas práticas pedagógicas na época. A partir destes, no ano de 2017, a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular - BNCC foi criada, trazendo mais informações e atualizações para os professores com ideias base para o melhor planejamento em suas propostas curriculares na Educação Básica.

Sucintamente, a temática da saúde é vista neste documento em três de suas dez competências específicas para a Educação Física Escolar (EFE), são elas:

3. Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais.
4. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas.
8. Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde (BRASIL, 2018, p. 213).

Como podemos constatar, é mencionada a relação de saúde e doença no sentido de refletir sobre sua relação com os aspectos físicos, lazer e sociabilidade e o mais relevante, a promoção da saúde. Além disso, inclui-se a relação do conceito com o aspecto do mundo do trabalho.

A concepção da promoção de saúde foi melhor elaborada na década de 70 (OLIVEIRA, 2005). E com o passar do tempo foi sendo aprimorada por grandes eventos sobre a temática de saúde, como a 1ª Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde, realizada em Ottawa, Canadá em 1986, assim como posteriores eventos relevantes realizados até 2005, como é apresentado no estudo de LOPES et al. (2010). Adotando o conceito da carta de Ottawa,

Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global (Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, 1986, p. 1).

Compreende-se, então, que a ideia de promoção vai muito além de cuidar de si mesmo, mas sim de todo o ambiente que nos cerca, bem como envolvendo todas as dimensões socioeconômicas e culturais, ampliando para uma saúde coletiva onde todos devem ter suas contribuições consigo mesmo e com os demais cidadãos dentro da sociedade.

No âmbito da EFE, o trabalho de Bastos, Cavalcante e Filho (2020), reforça a importância da escola ser um ambiente essencial da promoção da saúde, apresentando um modelo reconhecido como Escola Promotora da Saúde, da Organização Mundial de Saúde (EPS-OMS), inspirada na carta de Ottawa, no qual as escolas podem intervir em busca de planejamentos com vistas a promover a educação e saúde, fomentando a flexibilização dos currículos de forma participativa e com enfoque integral (BASTOS; CAVALCANTE; FILHO, 2020, p. 68).

Langford et al., (apud BASTOS; CAVALCANTE; FILHO, 2020, p. 68) ainda reforça que,

Esse modelo pode ser operacionalizado em ações que abordam três principais dimensões, a saber: a educação em saúde no currículo escolar; mudanças no ambiente social e/ou físico das escolas para a promoção da saúde e o bem estar; e estratégias que promovam o envolvimento das comunidades e das famílias para reforçar as mensagens fora do ambiente escolar.

O autor nos mostra que o modelo EPS-OMS precisa abranger estas dimensões, a saúde no currículo escolar, estruturação do ambiente adequado e estratégias envolvendo a comunidade para fortalecer as abordagens do ensino para a saúde fora do âmbito escolar que porventura forem criadas pelas escolas.

No Brasil os PCN's orientam as melhores formas de discutir uma educação para a saúde, enfatizando o papel dos professores assim como da comunidade escolar. Em suas linhas,

Deve, por isso, assumir explicitamente a responsabilidade pela educação para a saúde, já que a conformação de atitudes estará fortemente associada a valores que o professor e toda a comunidade escolar transmitirão inevitavelmente aos alunos durante o convívio escolar. Os valores, que se expressam na escola por meio de aspectos concretos como a qualidade da merenda escolar, a limpeza das dependências, as atividades propostas, a relação professor-aluno, são apreendidos pelas crianças na sua vivência diária (BRASIL, 1997, p. 69).

Com isso, surgiram nossas questões norteadoras como problema de pesquisa. Será que as instituições de ensino contêm uma documentação específica para o ensino da saúde? Assim como uma proposta curricular própria para a Educação Física Escolar (EFE)? Quais os conteúdos relacionados ao ensino da saúde estão sendo discutidos pelos professores de EFE do Ensino Básico de Alagoas?

Diante disso, nosso objetivo foi identificar a inserção da temática saúde nos documentos institucionais e nas frequências nas aulas de Educação Física dos docentes da 2ª, 5ª e 6ª Gerências Regionais de Ensino da Educação Básica do Estado de Alagoas (GERE's).

METODOLOGIA

O presente estudo configura-se como observacional, de caráter exploratório, descritivo e analítico, de base escolar, com abrangência estadual e corte transversal.

A população foi composta por gestores de ensino, coordenadores e professores de Educação Física da área de Educação Básica lotados na 2ª, 5ª e 6ª Gerências Regionais de Ensino (GERE's) da rede pública do Estado de Alagoas.

A 2ª GERE abrange o agreste composto pelos seguintes municípios: São Miguel dos Campos, Teotônio Vilela, Anadia, Barra de São Miguel, Boca da Mata, Campo Alegre, Coruripe e Junqueiro. A 5ª GERE corresponde o que podemos denominar como agreste, com municípios como Arapiraca, Coité do Nóia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Traipu, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, São Sebastião e Taquarana. E a 6ª GERE integra uma zona entre o litoral e o sertão (Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, Senador Rui Palmeira, Carneiros, Dois Riachos, Maravilha, Olho D'Água das Flores, Olivença e Ouro Branco).

Como critérios de inclusão, foram admitidos para a pesquisa todos os gestores ou responsáveis pela Secretaria de Educação Municipal de cada cidade das GERE's e coordenadores da área de Educação Física. Assim como os professores graduados, concursados ou em caráter de contratação provisória, atuando em uma das escolas da GERE/SEDUC-AL, de ambos os sexos, independentemente do nível de atuação da Educação Básica, do tempo de

formação e atuação profissional. Foram excluídos da pesquisa todos os gestores e professores que não responderam os questionários.

As variáveis de interesse deste estudo foram as propostas curriculares para o ensino de Educação Física, a existência dos conteúdos de saúde nos planos pedagógicos, a organização de coordenações setoriais de Educação Física e os conteúdos sobre saúde apresentados pelos professores de Educação Física das Secretarias Municipais de Ensino das GERE's discutidos durante as suas aulas.

A coleta referente à pesquisa e análise das propostas curriculares para o ensino da EFE foi realizada de forma remota com pesquisas na *internet* em busca de sites das Secretarias de Educação específicas dos municípios das GERE's. O objetivo foi encontrar estes sites, registrar o contato dos secretários(a) de educação responsáveis e solicitar a documentação das propostas que os municípios utilizavam para se basear, criar/construir o currículo da disciplina de Educação Física - EDF das escolas, ou até mesmo, identificar uma referência documental geral que pudesse abranger todas as disciplinas, assim como o contato dos coordenadores ou mediadores para posterior contato com os professores de EDF para preenchimento do questionário. Caso não fosse possível encontrar um contato ou o site específico das secretarias outros meios utilizados seria procurar perfis nas redes sociais como *Instagram* e *Facebook*, ou ainda contato nos sites das prefeituras.

Além disso, foi utilizado como estratégia o contato com o gerente executivo da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) de Alagoas que é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986, e com sede em Brasília/ DF. A partir disso, criamos um questionário do *google forms* com perguntas direcionadas para os gestores das cidades que compõem as GERE's com questões sobre dados pessoais (nome, contato institucional, telefone/celular ou email, função/cargo); uma questão de atuação municipal (Qual município você representa?); três questões sobre a variável coletada na pesquisa (a - No seu município existe algum documento referente ao Ensino para a saúde?; b - No seu município existe algum documento específico que oriente os professores para as aulas de Educação Física?; c - No seu município existe uma coordenação de área de Educação Física?) e uma questão buscando uma interlocução com os próprios responsáveis pelo setor de EDF (caso a gente precise entrar em contato com

professores de Educação Física do município, com quem devo falar? coloque o nome e o telefone abaixo). Este formulário foi encaminhado de forma *online* para o gerente da UNDIME que repassou para os referidos gestores da educação.

Neste questionário foi possível coletar os contatos dos gestores para, posteriormente, solicitar a concessão de acesso aos documentos utilizados para orientação para o ensino para a saúde e conteúdos específicos para a EDF, juntamente com os contatos dos responsáveis para fazer a mediação com os professores de EDF.

A segunda etapa, preenchimento do questionário acerca dos conteúdos sobre saúde discutidos pelos professores de EDF, foi realizado através do contato com os coordenadores de EDF, quando havia, repassando para eles o link do questionário (*google forms*) sobre os conteúdos discutidos e um vídeo explicando a pesquisa. Um questionário misto (fechado/aberto e com escalas), com 85 itens, apresentado em formato *Google Docs*, com questões divididas em cinco Dimensões: Dimensão Saúde Física (37 questões); Dimensão Saúde Mental (8 questões); Dimensão Saúde Social (16 questões); Dimensão Saúde Espiritual (5 questões); e Aspectos de Formação e Atuação Profissional (19 questões).

A frequência dos conteúdos em saúde nas aulas de Educação Física dos professores foi analisada de forma quantitativa. Os valores “0” e “1” estão associados ao perfil negativo para as temáticas de saúde, correspondendo às respostas “nunca” e “às vezes”. Os valores “2” e “3” estão associados ao perfil positivo para as temáticas de saúde, correspondendo às respostas “quase sempre” e “sempre”. Neste sentido, os escores para as dimensões com uso da escala de *likert* foram analisados a partir da soma das pontuações atribuídas à resposta, dividida pela quantidade de perguntas daquela dimensão. Os resultados entre “0” e “0,99” foram consideradas ações negativas; entre “1” e “1,99” foram consideradas ações regulares; e entre “2” e “3” foram consideradas ações positivas para temáticas em saúde na prática do Professor de Educação Física Escolar.

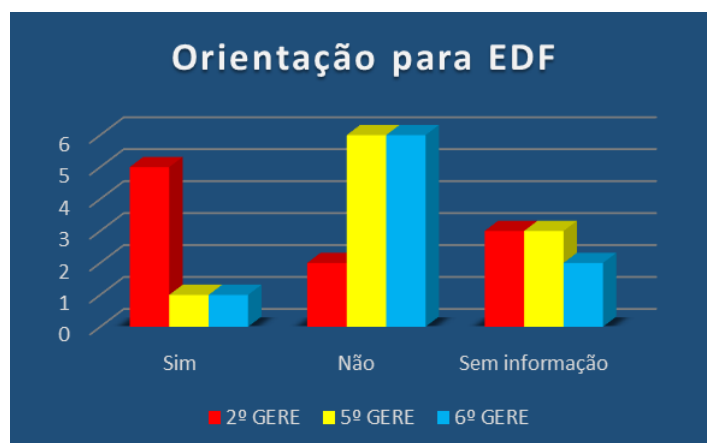
Os dados serão analisados a partir da estatística descritiva com base na distribuição de frequência, média e desvio padrão, apresentados a partir de gráficos, tabelas e figuras.

RESULTADOS

Para as informações sobre a documentação referentes à atuação da Educação Física, participaram deste estudo 29 representantes das gestões de educação dos municípios do Estado de Alagoas, dez da 2ª GERE, dez da 5ª e nove da 6ª. Entretanto, 21 gestores responderam o questionário sendo. O que representa 72,4% do total das cidades. A coleta foi realizada no período de 2 de março a 11 de abril de 2023.

O gráfico 1 nos mostra a quantidade de municípios que dispõem de uma proposta curricular para orientar os professores de Educação Física (EDF) em suas aulas. A 2ª GERE foi a única que obteve valores consideráveis de respostas afirmativas para a questão, obtendo 50% dos municípios (Boca da Mata, Coruripe, Jequiá da Praia, Junqueiro e Teotônio Vilela) afirmando ter uma proposta que orienta os professores. No que se refere a 5ª e 6ª GERE apenas uma cidade de cada região educacional afirmou ter uma proposta específica para a disciplina de EDF, Arapiraca e Senador Rui Palmeira, respectivamente.

Gráfico 1. Frequência das Propostas curriculares para o ensino de Educação Física nos Municípios da Educação Básica da 2ª, 5ª e 6ª GERE do Estado de Alagoas.



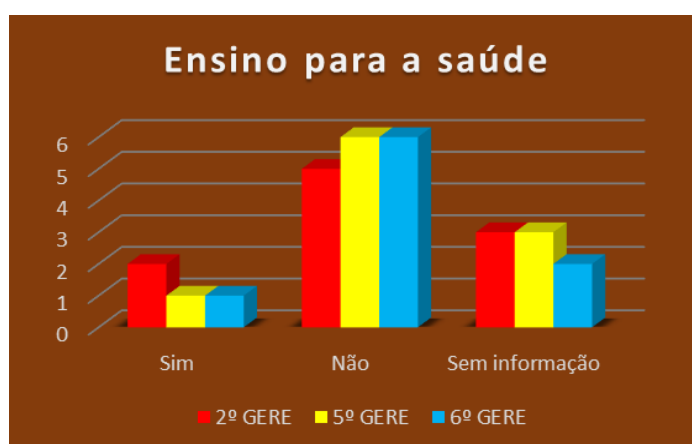
Fonte: os autores, 2023.

A maior parte (66,7%) não tem um documento próprio para orientar os professores de EDF. Destes municípios, na 2ª GERE somente dois (9,5%) não tem uma proposta (Barra de São Miguel e Roteiro), seis cidades da 5ª (Coité do Nóia,

Craíbas, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Taquarana, Traipu) e na 6ª foram seis municípios (Carneiros, Dois Riachos, Maravilha, Olho D'Água das Flores, Ouro Branco, Poço das Trincheiras), representando 57,1% do total.

Das oito cidades remanescentes não obtivemos nenhum tipo de contato. Três da 2ª (Anadia, Campo Alegre e São Miguel dos Campos), três da 5ª (Feira Grande, Limoeiro de Anadia e São Sebastião) e 3 da 6ª (Oliveira e Santana do Ipanema) GERE.

Gráfico 2. Frequência da Documentação Geral para o Ensino para a saúde da Educação Básica da 2ª, 5ª e 6ª GERE do Estado de Alagoas.



Fonte: os autores, 2023.

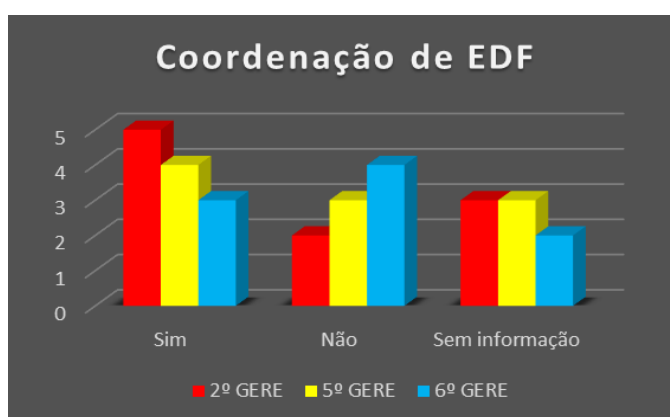
Podemos observar no gráfico 2, sobre a existência de um documento geral para o ensino para a saúde na educação básica de ensino dos municípios, que do total de 21 cidades abarcadas pelas três GERE's apenas 5 (23,8%) cidades afirmaram conter algum documento. Duas da 2ª (Coruripe e Junqueiro), duas da 5ª (Coité do Nóia e Traipu) e uma da 6ª GERE (Senador Rui Palmeira).

Alegaram não conter nenhum documento 16 cidades (76,2%), cinco da 2ª (Barra de São Miguel, Boca da Mata, Jequiá da Praia, Roteiro e Teotônio Vilela), cinco da 5ª (Arapiraca, Craíbas, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa e Taquarana) e seis da 6ª GERE (Carneiros, Dois Riachos, Maravilha, Olho D'Água das Flores, Ouro Branco e Poço das Trincheiras).

As cidades excedentes não conseguimos contato, perfazendo um total de 8 municípios. Três da 2ª (Anadia, Campo Alegre e São Miguel dos Campos), três da 5ª (Feira Grande, Limoeiro de Anadia e São Sebastião) e duas da 6ª (Oliveira e Santana do Ipanema) GERE.

No gráfico 3 contemplamos a informação sobre a existência de uma coordenação específica para a disciplina de EDF nos municípios analisados. Notadamente 12 (57,1%) municípios atestaram possuir este órgão administrativo. Cinco da 2ª (Boca da Mata, Coruripe, Jequiá da Praia, Junqueiro e Teotônio Vilela), quatro da 5ª (Arapiraca, Coité do Nóia, Lagoa da Canoa e Traipu) e três da 6ª (Maravilha, Poço das Trincheiras, e Senador Rui Palmeira) GERE.

Gráfico 3. Frequência da Quantidade de Coordenação de Educação Física nos Municípios da Educação Básica da 2ª, 5ª e 6ª GERE's do Estado de Alagoas.



Fonte: os autores, 2023.

Nove (42,9%) municípios não possuem uma coordenação: duas da 2ª (Barra de São Miguel e Roteiro), três da 5ª (Craíbas, Girau do Ponciano e Taquarana); e quatro da 6ª (Carneiros, Dois Riachos, Olho D'Água das Flores e Ouro Branco) GERE.

As oito (27,6%) excedentes não obtivemos nenhuma forma de contato, impossibilitando a coleta de dados. Três da 2ª (Anadia, Campo Alegre e São Miguel dos Campos), três da 5ª (Feira Grande, Limoeiro de Anadia e São Sebastião) e duas da 6ª (Oliveira e Santana do Ipanema) GERE.

Na pesquisa foram convidados um total de 221 professores para responderem o questionário, abrangendo as três GERE's, 2ª, 5ª e 6ª. Destes, apenas 103 (46,6%) aceitaram participar da pesquisa. Entretanto, foi preciso excluir 4 participantes por inconsistências em suas respostas, ficando um total final de 99 (44,8%) professores.

Da 2ª GERE foram convidados 111 professores, e chegaram a responder 63, mas excluímos 1, ficando então 62 (55,8%). Da 5ª GERE foram convidados 78 profissionais, e responderam 24 mas excluímos 3, continuando 21 (26,9%). Na 6ª GERE foram convidados 32 professores, destes participaram 16 (50%) referentes à GERE.

Os questionários foram respondidos dentro do período de 15 de março a 30 de maio de 2023. Na Tabela 1 podem ser observados os dados gerais dos participantes do estudo.

Tabela 1 – Caracterização Geral e Formação dos Professores de Educação Física das GERE's.

GERE's	2ª	5ª	6ª	Total
Variáveis	n	n	n	n (%)
Sexo				
Homem	44	12	6	62 (62,6)
Mulher	18	9	10	37 (37,4)
Cor				
Branco	14	6	3	23 (23,3)
Pardo	38	14	12	64 (64,6)
Preto	10	1	1	12 (12,1)
Instituição Nível Superior				
Pública	9	11	2	22 (22,2)
Privada	53	10	14	77 (77,8)
Formação Continuada				
Não possui	21	6	9	38 (38,3)
Especialização	38	14	7	57 (57,6)
Mestrado	3	1	-	4 (4,1)

Fonte: os autores, 2023.

Como observável, a amostra foi formada por 62 homens e 37 mulheres. No tocante a etnia, a parda foi preponderante (64,6%). Com relação aos dados sobre a formação profissional, 77,8% dos professores se formaram em universidades privadas e a maior parte deles possui alguma especialização (57,6%).

Em concordância com a tabela 2, os professores atuam na educação há uma média de $8,0 \pm 5,7$ anos, correspondendo 38,3% na fase de entrada, 26,2% na fase de consolidação e 28,2% na de afirmação (FARIAS et al., 2018), ou seja, a maior parte (54,4%) está recentemente na atuação profissional. Do total, 29,3% destes

professores possuem vínculo profissional concursado e a maior parte são contratados (70,7%).

A carga horária semanal na sua maioria está entre 20 e 60 horas, o que corresponde a 96%. Referente aos turnos, a maior parte (63,7%) atua em dois turnos. A frequência dos temas em saúde nas aulas dos professores participantes dos estudos da 2ª, 5ª e 6ª GERE, podem ser observadas na tabela 3, 4 e 5 respectivamente.

Tabela 2 – Atuação Profissional dos Professores de Educação Física dos Municípios das GERE's.

GERE's	2ª	5ª	6ª	Total
Variáveis				
Atuação profissional				
	n	n	n	n (%)
Entrada (até de 3 anos)	22	9	7	38 (38,4)
Consolidação (entre 4 e 9 anos)	15	5	6	26 (26,3)
Afirmação (entre 10 e 19 anos)	20	6	2	28 (28,3)
Renovação (entre 20 e 27 anos)	2	1	1	4 (4,0)
Maturidade (acima de 28 anos)	3	-	-	3 (3,0)
Vínculo profissional				
Concursado	12	13	4	29 (29,3)
Contratado	50	8	12	70 (70,7)
Quantidade de escolas				
1	34	13	10	57 (57,6)
2	19	7	4	30 (30,3)
3	8	1	2	11 (11,1)
4	1	-	-	1 (1)
Carga horária semanal				
Abaixo de 20 horas	2	1	1	4 (4,1)
De 20 a 29 horas	26	11	6	43 (43,4)
De 30 a 39 horas	3	1	4	8 (8,1)
De 40 a 60 horas	31	8	5	44 (44,4)
Quantidade de turnos				
1	7	7	2	16 (16,1)
2	38	13	12	63 (63,7)
3	17	1	2	20 (20,2)

Fonte: os autores, 2023.

Tabela 3 – Média da Frequência dos Temas em Saúde nas Aulas de Educação Física dos Professores de Educação Física da 2ª GERE.

Dimensões	Scores	Classificações
Física	2,14±0,48	Bom
Mental	1,99±0,65	Regular

Social	1,70±0,65	Regular
Espiritual	1,83±0,65	Regular
Média Geral	1,92±0,55	Regular

Fonte: os autores, 2023.

Tabela 4 – Média da Frequência dos Temas em Saúde nas Aulas de Educação Física dos Professores de Educação Física da 5ª GERE.

Dimensões	Scores	Classificações
Física	1,94±0,51	Regular
Mental	1,79±0,46	Regular
Social	1,76±0,58	Regular
Espiritual	1,86±0,70	Regular
Média Geral	1,84±0,47	Regular

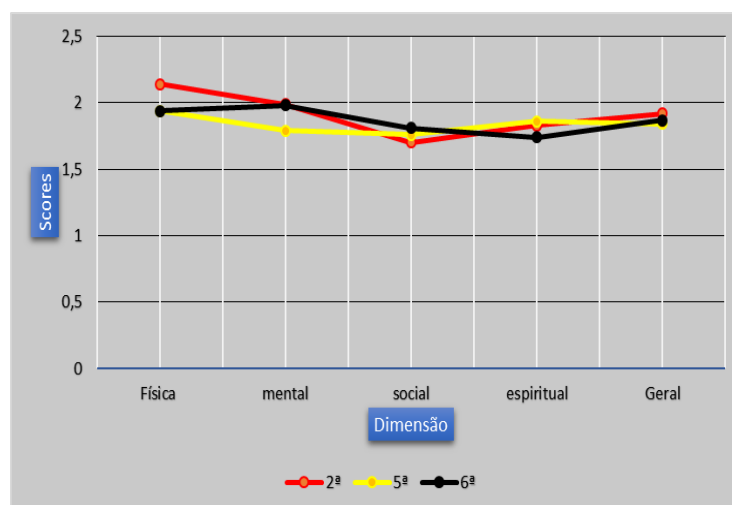
Fonte: os autores, 2023.

Tabela 5 – Média da Frequência dos Temas em Saúde nas Aulas de Educação Física dos Professores de Educação Física da 6ª GERE.

Dimensões	Scores	Classificações
Física	1,94±0,64	Bom
Mental	1,98±0,64	Regular
Social	1,81±0,50	Regular
Espiritual	1,74±0,52	Regular
Média Geral	1,87±0,53	Regular

Fonte: os autores, 2023.

Gráfico 4 - Representação dos Temas em Saúde nas Aulas de Educação Física dos Professores de Educação Física da 2ª, 5ª e 6ª GERE e seus respectivos scores.



Fonte: os autores, 2023.

Como pode-se notar, o escore de maior média foi o da dimensão Física ($2,06 \pm 0,51$), tendo uma classificação satisfatória – “bom”. Nesta dimensão podemos destacar que os assuntos mais discutidos afirmados pelos professores de EDF das GERE’s foram: “atividade física como um dos fatores determinantes para a melhora na qualidade de vida”, e “incentivo a prática de atividade física fora da escola”. E os menos discutidos foram: “o comportamento sexual e os cuidados para a saúde reprodutiva dos escolares” e “como as alterações hormonais e a maturação sexual podem interferir na prática de atividade física dos escolares”.

Na dimensão mental, a média fica um pouco menor ($1,94 \pm 0,62$), qualificando-se apenas como regular. Os assuntos mais discutidos pelos professores foram: “A importância da atividade física para a melhora na autoestima dos indivíduos” e “A importância das relações de amizade para a melhora da qualidade de vida dos escolares”. Os menos discutidos foram: “As causas, as características e a prevenção do comportamento suicida entre crianças e adolescentes” e “Autopercepção de saúde mental nos escolares”.

No que se refere à dimensão social, esta fica com o menor escore das quatro dimensões ($1,73 \pm 0,62$), entretanto classifica-se como regular. Os subtemas mais apontados foram: “discussão e identificação sobre o bullying na escola” e “a equidade de direitos entre as pessoas com e sem deficiência”. As menos debatidas foram: “a importância do controle financeiro pessoal (gastos, investimentos, acúmulo

e rendimentos) para garantir condições econômicas de sobrevivência” e “a violência doméstica”.

Por fim e não menos importante, a dimensão espiritual, similarmemente qualificando-se como regular ($1,83 \pm 0,65$), entretanto, obtendo um escore melhor que a dimensão social. O assunto mais discutido foi, “o incentivo de atitudes de respeito mútuo, valores, dignidade e solidariedade” e o menos discutido, “como as diversas religiões entendem as questões relacionadas ao corpo e as práticas corporais”.

DISCUSSÕES

Documentos Legais e a Educação Física na Educação Básica de Alagoas

Na BNCC, o ensino fundamental está organizado em cinco áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Ensino Religioso). A disciplina de Educação Física se encontra na área de Linguagens (BRASIL, 2017, p. 27). Nela podemos atentar orientações para o ensino da EDF na educação básica do fundamental nos anos finais e anos iniciais de uma forma mais geral, abordando aspectos importantes que devem ser discutidos como as práticas corporais e suas diversas manifestações culturais e sociais, (re)construindo conhecimentos para cuidados de si e dos outros, desenvolvendo autonomia se usurpando da cultura corporal de movimento nas diversas finalidades humanas. E, para além de vivenciar essas práticas, oportunizar aos alunos participar, de forma autônoma, em contextos de lazer e saúde (BRASIL, 2017, p. 213).

Nos documentos de referências para as aulas propriamente ditas de EDF, a maioria dos gestores municipais responderam de forma positiva da sua existência, mas em grande parte se baseiam no Referencial Curricular de Alagoas (RECAL). O RECAL já foi construído a partir da própria BNCC, que:

Tem como premissa, a garantia dos direitos de aprendizagem dos educandos, contribuindo para a promoção de aprendizagens significativas, visando à formação integral de todos os estudantes alagoanos. Este caderno é direcionado aos professores de Educação Física e busca-se com ele, auxiliar o trabalho pedagógico do professor de forma dinâmica, objetivando garantir o direito de aprendizagens dos estudantes do componente curricular Educação Física, a fim de que estes possam

ingressar no Ano/Série subsequente, com as habilidades necessárias e específicas que lhes são inerentes em cada etapa e modalidade de ensino (SEDUC, 2019, p. 367).

Construído em colaboração com o Estado e os municípios de Alagoas, traz consigo muitas orientações para os professores pensarem e desenvolverem suas práticas pedagógicas. Em toda sua estrutura apresenta a EDF como importante componente curricular, assim como a estrutura do seu currículo, expectativas de aprendizagem, organização curricular da disciplina e unidades temáticas, dimensões do conhecimento e as competências do componente (SEDUC, 2019, p. 368).

Com isso podemos deduzir que os municípios não criam seus próprios documentos pois eles já têm disponível esse referencial que foi desenvolvido justamente com esse propósito. Mas, independente disso, seria interessante e importante eles criarem seus próprios documentos de orientação para os professores de EDF, pois cada lugar tem suas respectivas realidades sociais e culturais mesmo sendo de um mesmo estado. Até mesmo cada escola de um município detém suas peculiaridades onde o professor terá que lidar com essa realidade imposta, para poder realizar suas aulas. Diante disso, cada documento poderia ser criado de acordo com sua realidade e usufruir de mais adendos existentes, obviamente, salientando suas especificidades locais.

Dos municípios que afirmaram ter os documentos para o ensino para a saúde nas aulas de Educação Física (Coruripe e Junqueiro, Coité do Nóia e Traipu, Senador Rui Palmeira) após o contato pelo *whatsapp*, identificamos que a cidade de Traipu não tinha uma documentação, não se tratava de uma documentação própria das secretarias, mas documentos propostos pelo Programa Saúde na Escola - PSE, as quais tinham parceria. Entretanto, nem todas conseguiram nos enviar esse documento para analisarmos, apenas os municípios de Coruripe e Junqueiro. E após o contato com o gestor da cidade de Arapiraca, foi afirmado que também existia esta parceira, conseguindo mandar também um documento de suas ações.

Nos documentos enviados pelo município de Arapiraca referente ao PSE, consta uma breve apresentação do programa assim como o processo de adesão e as ações previstas no âmbito da saúde para toda a comunidade escolar. Em outro documento enviado constava a proposta de conteúdos para a disciplina de EDF do 1º ao 9º ano que é basicamente os conteúdos previstos na BNCC.

A cidade de Coruripe conseguiu nos enviar apenas algumas fotos das ações do 2º semestre de 2022. A gestora ainda nos confirmou que os assuntos discutidos nas disciplinas eram baseados nessas ações do programa. As suas principais ações foram voltadas principalmente para a saúde física (prevenção de doenças, saúde sexual, drogas, violência), mental (depressão e *bullying*) e social (cultura de paz e direitos humanos, saúde ambiental). Vemos que três, das quatro dimensões que discutimos aqui estão sendo trabalhadas neste município.

A coordenadora de EDF de Junqueiro afirmou ter parceria com o PSE, mas não conseguiu nos enviar um documento apresentando as ações desenvolvidas. Entretanto, nos disponibilizou dois documentos que foram usados para orientar os professores em suas práticas pedagógicas, o primeiro é chamado de quadro organizador curricular, onde constam unidades temáticas, objetos de conhecimento, as habilidades e direcionamentos didático-pedagógicos, apresentando um grande quadro com todos esses tópicos descritos, que vão do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Vejamos que os três primeiros tópicos fazem parte da BNCC, e o último acreditamos que seja uma orientação criada pelo município para orientar melhor os professores para cada habilidade estabelecida, pois nela consta descrições refinadas que sugerem como o professor deve agir nas suas aulas.

O segundo documento é um livro didático, com os conteúdos destinados apenas para o 6º ao 9º ano, ou seja, para os anos finais do Ensino Fundamental. Intitulado “Práticas corporais: Educação Física”, de autoria de Soraya Cristina Darido, juntamente com outros coautores. Em sua introdução é declarado que a BNCC foi o documento orientador da obra, referenciando-se pelos objetivos de aprendizagem preconizados para o componente curricular Educação Física (DARIDO, et al. 2018, p. 7).

Partindo para a compreensão de alguns documentos legais do nosso país, é perceptível a preocupação da BNCC com a problematização com a questão do ensino para saúde no ensino básico, como visto nas suas três competências citadas anteriormente (BRASIL, p. 223, 2017). Além disso, a saúde como tema, faz parte dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) (BRASIL, 2019), sobretudo assegurada pelo marco legal, Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB

Nº 7/2010. Decreto Nº 6.286/2007 (BRASIL, 2019, p.17), lhe assegurando fundamentação e maior grau de exigência e exequibilidade (BRASIL, 2019, p.16).

As três competências para a EDF na BNCC (BRASIL, p. 223, 2017) objetivam que o ensino para a saúde deve fazer parte do processo de ensino aprendizagem das aulas de EDF. Mesmo sendo um documento de base para orientação aos profissionais da educação, cabe ao professor analisar as melhores formas de aderir esses objetivos em suas aulas. Espera-se que todo professor adote essas orientações e vá além delas. Pois, como visto nestas competências, as orientações ainda trazem consigo discussões em aspectos corporais ligados ainda ao modelo higienista de ensino da Educação Física. Entretanto, prossegue para discussões relacionadas à prevenção e promoção da saúde, o que defendemos ser o mais importante quando se discute aspectos relacionados à saúde.

No âmbito histórico das abordagens pedagógicas voltadas para a EDF, o higienismo esteve presente entre os séculos XIX e primeira metade do século XX, onde o desenvolvimento brasileiro industrial estava a crescer. As mudanças socioeconômicas trouxeram consigo enfermidades que começaram a afetar a população, e a fim de evitar a proliferação dessas mazelas deu-se no componente de EDF nas escolas o papel de educar as pessoas a terem uma melhores hábitos de higienização, cuidando mais do seu corpo, priorizando, assim, a prevenção de doenças (SILVA, 2012; MILAGRES, P.; SILVA, C. F.; KOWALSKI, M., 2018).

Cardoso (2011, p. 1) nos diz que a EDF,

Deve primar pela formação de indivíduos que tenham como hábito a prática continuada de exercícios físicos. Essa formação se dá por intermédio do professor, enquanto tutor das atividades feitas na escola. Para que isso se torne viável, é necessário que o aspecto biológico da EF seja contextualizado com os fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que influenciam na adoção à prática de exercícios físicos, e, por conseguinte, de hábitos de vida saudáveis.

No intuito de instituir uma abordagem pedagógica voltada para a prevenção da incidência de doenças crônicas não transmissíveis, a “saúde renovada” representada por autores como Nahas (2017) e Guedes (1999), propôs a inserção da temática saúde como um norte para a atuação dos conteúdos do ensino de EDF, com o objetivo de incluir todos os escolares para a prática de atividades mais ativas para fomentar sua qualidade de vida e bem-estar.

Ratificando essa visão, na percepção de Nahas (2017, p. 170)

Os currículos devem enfatizar os objetivos centrais da Educação Física: o desenvolvimento de habilidades motoras e a promoção de atividades físicas relacionadas à saúde. Para atingir esses e outros objetivos da Educação Física, os alunos precisam ser fisicamente ativos, na escola e fora dela. A educação para um estilo de vida ativo representa uma das tarefas educacionais fundamentais que a Educação Física tem a realizar.

Assim como Darido (2005) apud Bandeira et al (2014, p. 1) complementou,

A saúde renovada tem por objetivo informar, mudar atitudes e promover a prática sistemática de exercícios físicos dentro de suas aulas e fora delas. O princípio da autonomia no gerenciamento da aptidão física deve abranger todos os alunos e não somente os mais identificados. Outro aspecto dessa abordagem é que não se devem privilegiar as modalidades esportivas e jogos, a inserção da cultura corporal nas aulas, fará com que o aluno assuma uma postura autônoma para otimização da saúde.

Com isso percebemos o quanto é fundamental que os professores de EDF procurem se aprofundar mais nas discussões das temáticas voltadas para a promoção da saúde em suas práticas pedagógicas a fim de proporcionar melhores experiências para os escolares sem provocar exclusão, intensificando cada vez mais a presença dos conteúdos voltados para a saúde e qualidade de vida.

Além da BNCC, existem outros documentos (mundiais, nacionais e estaduais) onde os professores podem usufruir de suas leituras para aperfeiçoar suas aulas, como por exemplo os relatórios do Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e o Referencial de Alagoas. Esses documentos contêm muitas orientações e sugestões para os profissionais de EDF.

No PNUD, um programa mundial que tem como visão apoiar os países a erradicar a pobreza e reduzir o máximo possível as desigualdades e a exclusão social (PNUD, 2023), defendeu a ideia de que todas as escolas precisam transformar-se em escolas ativas, centrando nas atividades físicas e esportivas para promoção da saúde dos escolares e de toda a comunidade envolvida, tornando-os em pessoas saudáveis e ativas por toda sua vida (PNUD, 2017, pp. 340-341).

Outra maneira de maximizar as discussões sobre a saúde nas aulas de EDF é com o auxílio de alguns programas do Governo Federal, como o Programa Saúde na Escola (PSE). Esta ação é

Uma iniciativa intersetorial dos Ministérios da Saúde e da Educação que tem a finalidade de contribuir para o pleno desenvolvimento dos estudantes da rede pública de ensino da educação básica, por meio da articulação entre os profissionais de saúde da atenção primária e dos profissionais da educação. Foi instituído em 5 de dezembro de 2007 pelo Decreto nº 6.286, e atualmente regulamentado pela Portaria Interministerial nº 1.055 de 25 de abril de 2017 (BRASIL, 2023, s/p).

Os municípios devem aderir ao programa por meio de um tratado a ser firmado pelos secretários de educação e saúde com os Ministérios da Saúde e Educação que acontece de dois em dois anos em todo o país. Através de um preenchimento de dados das escolas participantes no programa num portal denominado e-Gestor do Ministério da Saúde. Com isso, os profissionais dos dois setores (saúde e educação) trabalham em conjunto para desenvolver atividades de promoção da saúde e prevenção de doenças nas escolas cadastradas (BRASIL, Ministério da Saúde, 2023).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o principal fornecedor de dados e informações que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal (IBGE). Normalmente a cada quatro anos, desde 2009, com a colaboração do Ministério da Saúde e Educação, a instituição divulga relatórios contendo dados relacionados à saúde dos escolares dos anos finais do ensino fundamental, a PeNSE (Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar) (IBGE).

Nele podemos encontrar algumas informações referentes a infraestrutura das escolas bem como a quantidade de aulas de EDF. No Nordeste e Norte do país os dados mostram que apenas 30% dos escolares tiveram duas ou mais aulas e a maior proporção de alunos relataram não terem aula na semana anterior à pesquisa (PeNSE, 2019, p. 63). Neste sentido, os dados da PeNSE, por abarcar muitas informações sobre o nível de atividade física, o comportamento sedentário, a exposição à comportamentos de risco (alimentos ultraprocessados, drogas lícitas e ilícitas, prevenção sexual), aspectos da saúde mental e elementos do autocuidado dos escolares (de instituições públicas e privadas), transformam-se em um

importante referencial norteador para emersão, pelo docente, de conteúdos e temáticas que podem e devem ser explorados em seu fazer pedagógico no chão da escola.

Acreditamos que ter ou não uma coordenação específica de EDF faça uma diferença considerável na organização curricular dos municípios, pois um currículo bem estruturado com a colaboração de todos os envolvidos (professores de EDF), decerto, possibilita a construção de um projeto político pedagógico que vá atender as necessidades reais da comunidade, intensificando a qualidade da educação da disciplina.

Como relatou a autora Oliveira (2015, p. 18),

É evidente a importância que a construção de um currículo atualizado e participativo tem para a qualidade da educação. Dessa forma, as discussões e reflexões coletivas para que o currículo se mantenha coerente com a realidade da sociedade que pretende formar são fundamentais, contribuindo na evolução e no desenvolvimento de ações pedagógicas relevantes para a sociedade. E o espaço-tempo da coordenação pedagógica é um momento, onde há a possibilidade de debate sobre as práticas escolares e sua relação com o currículo.

Dentro deste aspecto, o papel do coordenador pedagógico é ainda mais importante, pois ele deve agir como um mediador. A EDF é uma disciplina que se distingue das outras por suas características específicas e sua complexidade e incertezas de ensino, não só por abranger conteúdos da cultura corporal de movimento, mas por se deparar muitas vezes, no cenário público, com ambientes inadequados ou inexistentes para sua prática de atividades.

Para respaldar essa visão, Silva (2014 apud OLIVEIRA, 2015) ressaltou que,

O trabalho do coordenador pedagógico pode nortear o desenvolvimento de toda a prática pedagógica no cotidiano escolar. A ele são atribuídas funções de orientar, coordenar, propor alternativas de trabalho para melhorar o ensino aprendizagem, mediar conflitos, dialogar com as famílias, realizar atividades administrativas, entre outras (SILVA, 2014, p. 5 apud OLIVEIRA, 2015, p. 29).

Onde podemos concluir com a contribuição de Oliveira (2015) quando diz que,

Assumindo a função de mediador e articulador, o coordenador pedagógico organiza o trabalho na escola envolvendo a participação de todos os segmentos, visando o alcance dos objetivos educacionais, usando a comunicação articulada como ferramenta para promover o trabalho em

equipe e as discussões reflexivas sobre a prática, com intencionalidade de transformar o ambiente educacional em um lugar com qualidade e significado para todos que compartilham esse cotidiano (OLIVEIRA, 2015, p. 30).

Compreendemos, então, o quanto pode ser favorável para o ensino da educação, independente da disciplina, a existência de uma equipe pedagógica específica para poder estar ampliando os conhecimentos e, assim, trazer mais contribuições no desenvolvimento educacional dos escolares no ensino básico do estado de Alagoas. Pois a junção de todos os professores da área pensando com o mesmo propósito de certo, boas ideias podem surgir em benefício da educação dos jovens e crianças.

Contudo, todo estudo tem suas limitações e uma das principais aqui vivenciadas foi a dificuldade de estabelecer contato com os gestores das instituições de educação municipal. E mesmo quando foi possível entrar em contato, alguns ainda demoraram um pouco para responder, o que afetou diretamente as próximas etapas do estudo. Ademais, houve alguns participantes que quando solicitado as documentações para análise, não disponibilizaram os materiais sem antes pedir autorização de superiores, que por se tratar de uma pesquisa educacional não precisaria ser tão complicado fornecer tais informações.

Temáticas em saúde nas aulas de Educação Física do Ensino Básico de Alagoas

Os resultados encontrados nas temáticas discutidas pelos professores de EFE abrangendo todas as dimensões da saúde elencadas neste trabalho foi em sua maioria classificada como regular, com exceção da dimensão física obtendo uma classificação “bom”, por ter atingido um escore 2+ como média. A classificação desta dimensão já era esperada, pois a preocupação com os aspectos físicos no âmbito escolar estão presentes desde o ensino higienista como apresentado nos trabalhos de COSTA, SANTOS, e GÓIS JUNIOR, 2014 e SOUZA, 2009.

Nos últimos relatórios da PeNSE, especificamente 2012, 2015 e 2019 as estatísticas sobre a saúde sexual dos escolares da escola pública do 9º ano, mostraram que no Nordeste brasileiro 26%, 15,7% e 34,9%, respectivamente, relataram ter tido relação sexual alguma vez. Podemos ver que apesar de ter uma

baixa no segundo relatório, a última coleta demonstrou um grande aumento superando o de 2012. Ao que se refere o recebimento de orientação na escola sobre AIDS/HIV ou outras infecções sexualmente transmissíveis (IST's), em 2012, 90,3% os escolares relataram que receberam orientações, em 2015, 85,7% e em 2019, 80,3% (IBGE, 2012; 2015 e 2019). Vemos uma queda negativa considerável de 10% ao longo dos anos.

Alusivo a quantidade de atividade física e comportamento sedentário, para o Brasil e escolares da rede pública, os mesmos relatórios apresentam que em 2012, apenas 34,7% tinham 300 minutos de atividade física acumulada nos últimos 7 dias; em 2015, passa para 34,4% e em 2019, cai para 28,1%, outro aspecto para ser trabalhado no âmbito escolar. No que se refere a capital, Maceió/AL os dados reportam uma média de 27,3% escolares cumprindo as metas de AF regular, números abaixo da média nacional (IBGE, 2012; 2015 e 2019). De acordo com a OMS (2020, p. 01), a recomendação diária de atividade física aeróbica moderada é de 60 minutos, e como vemos menos de $\frac{1}{3}$ dos escolares estão fora dessa recomendação, sendo uma preocupação para nossas crianças e adolescentes.

A saúde mental assume grande importância quando se disserta no que diz respeito à saúde. A depressão e a ansiedade são distúrbios sérios que afetam a saúde mental, prejudicando a rotina diária e comprometendo a qualidade de vida das pessoas. Esses transtornos também têm impacto nos adolescentes, ocasionando consequências negativas, como aumento da evasão escolar, dificuldades nos relacionamentos sociais, distúrbios alimentares e pensamentos suicidas. A adolescência é uma fase marcada por transformações físicas, biológicas, psicológicas e sociais, o que torna os jovens mais vulneráveis a problemas psicossociais que podem afetar seu funcionamento (CUNHA; HARTWIG; BERGMANN, 2023).

Nos relatórios da PeNSE é apresentado dados sobre esta temática com escolares do 9º ano do ensino fundamental. Na PeNSE 2012 e 2015 para a região Nordeste nas escolas públicas, 15,1% e 14,2%, respectivamente, relataram se sentirem sozinhos na maioria das vezes ou sempre. Na PeNSE 2019 para a mesma região, 15,6% a autoavaliação de saúde mental foi negativa. No estado de Alagoas a porcentagem foi de 15,2%. Ainda neste relatório, 20,7% para a região Nordeste e

22,2% no Estado de Alagoas, descreveram que a vida não valia ser vivida na maioria das vezes ou sempre (IBGE, 2012; 2015 e 2019). É preciso estar sempre atento a essas estatísticas, sobretudo quando se trata de crianças e adolescentes. E a escola juntamente com a comunidade escolar e os professores podem auxiliar nesse quesito. E o professor de EDF deve se impor diretamente nesta ação, pois ele detém conhecimentos que podem cooperar para a melhora desses sintomas relacionados à saúde mental.

O déficit na discussão acerca da temática sobre organização financeira não surpreende, pois, por se tratar de um conteúdo que envolve muito a área da matemática, é esperado que os professores de Educação Física não deem importância aos debates em suas aulas. Entretanto, nada impede que este assunto possa estar presente nas suas atividades propostas, que por meio de projetos multidisciplinares no domínio escolar, já estaria, por exemplo, se apropriando do tema. Além disso, a falta de conhecimento e prática de uma gestão financeira equilibrada, como o sobre-endividamento, podem acarretar problemas de saúde psíquica, física, como demonstrado nos estudos de LOPES, (2022) e SOUZA, (2019). Evidenciando que possui uma importante conexão com a Educação Física, em virtude de abranger temas relacionados à saúde, os quais podem ser incorporados nas aulas pelos professores, devido à sua relevância.

De forma igual, a violência doméstica, sobretudo contra crianças e adolescentes, é bastante presente no nosso país. Em 2019 foi registrado um total de 86.837 denúncias de violações de direitos humanos contra crianças e adolescentes. Sendo 52% na própria casa da vítima, sendo a mãe (40%), o pai (18%), e o padrasto (6%) os principais agressores. 55% das vítimas eram meninas e 45% meninos, concentradas principalmente em crianças entre 4 e 7 anos para os dois sexos (BRASIL, 2020). Do mesmo modo, os relatórios da PeNSE, apresentam que em 2009, 9,3% dos escolares do 9º ano da escola pública sofreram agressão por um adulto da família nos últimos 30 dias da entrevista, em 2012, 9,8%, em 2015, 14,8% e em 2019, 20,6% foram agredidos fisicamente pela mãe, pai ou responsável nos últimos 12 meses antes da pesquisa. Como podemos ver, infelizmente, a cada ano que passa mais casos vem acontecendo. O que reforça que não só a escola como

todos os órgãos responsáveis, devem se manifestar para criar meios de combater esses acontecimentos na nossa sociedade.

Apesar do termo espiritualidade ter ligação com a religiosidade, esta primeira não está refém das religiões, onde o indivíduo manifesta-a independente de crenças e dogmas (FERREIRA, 2022). Esta é uma dimensão relevante e que deve ser adotada no contexto educacional, como o objetivo de desenvolvimento educacional integral (GALVÃO; NETO, 2020) do aluno juntamente com as dimensões anteriores. Ferreira (2022) reforça que,

Desenvolver a dimensão espiritual é reconhecer o ser humano como um ser complexo e inseri-lo no processo de desenvolvimento integral, outrora perdido, à medida que a natureza humana foi particionada. O resgate da integralidade do ser humano é papel desafiante da escola contemporânea e do futuro, resgate esse que ocorre quando promove o pleno desenvolvimento de todas as dimensões. Para isso, é necessário formar educadores capacitados a auxiliar educandos a buscar os saberes que não são simplesmente transferidos, mas que precisam e podem ser desvelados e acessados de modo humano, espiritual e intersubjetivamente e basear a finalidade da escola como aquela que promove a formação integral do ser.

Diante desta visão de Ferreira, percebemos que além da escola aderir esta dimensão, os professores devem estar capacitados, preparados para discutir tais conhecimentos em suas abordagens pedagógicas. E não obstante, o professor de Educação Física Escolar pode colaborar com essa estratégia trazendo e mostrando como a espiritualidade pode influenciar positivamente na sua saúde além de coadjuvar no desempenho acadêmico como também é ilustrado na pesquisa de Ferreira (2022). Além desta dimensão trazer benefícios para a saúde mental dos escolares.

Diante disso, Cunha, Rodrigues e Cantuaria (2022, p. 130) acrescentam,

A educação em saúde deve ser preconizada e bem elaborada com foco na saúde, centrando-se em desenvolver nas crianças e adolescentes o gosto pela prática da atividade física, bem como o entendimento teórico destes efeitos protetores e benéficos de tais práticas para o corpo humano. Nesta perspectiva, se este cuidado for realizado no cotidiano, o bem estar biopsicossocial fará parte da vida destes futuros adultos, e posteriormente idosos.

Vemos a junção destas dimensões supracitadas, consideráveis para formação integral dos alunos atinente aos conhecimentos sobre saúde. É perceptível que a harmonia delas podem contribuir para os educandos refletirem criticamente sobre os aspectos inerentes à sua saúde de forma geral, tanto biológica como

socialmente, assim como pessoal e coletivamente, no momento presente de suas vidas como para sua vida

CONCLUSÃO

Em síntese, percebemos que a maioria das secretarias de educação das GERE's analisadas não constroem seus próprios documentos norteadores para a disciplina de Educação Física Escolar. De igual forma, os resultados dos documentos para o ensino para a saúde são ainda mais inferiores, pois, apesar de algumas cidades afirmarem conter tal documento eram apenas escritos do Programa Saúde na Escola (PSE), que tem como compromisso realizar ações em prol da saúde da comunidade escolar da rede pública do ensino da educação básica, com a ajuda dos profissionais de saúde da Atenção Primária, juntamente com as escolas parceiras. Estas últimas apenas acatam as ações concebidas pelo PSE. Seria interessante que surgisse das próprias escolas uma iniciativa de ideias de como gerar projetos em prol dessa proeza, que são as metodologias de ensino para a saúde dos escolares.

No que concerne à existência das coordenações próprias de EDF, vimos que 37,9% do total das cidades afirmou conter uma coordenação. Entretanto, a porcentagem real é de 52,4%, pois em 8 cidades não foi possível adquirir informações, demonstrando um dado positivo. Contudo, esperamos que mais cidades comecem a aderir tais organizações pedagógicas para um melhor desenvolvimento para nossa disciplina de EFE.

Tendo em consideração as temáticas discutidas pelos professores de EDF, podemos concluir que de forma integral, estes profissionais da 2ª, 5ª e 6ª GERE's tiveram uma discussão frequente de temáticas para a saúde em todas as dimensões. Entretanto, com um foco superior na dimensão física, demonstrando uma prioridade nos aspectos fisiológicos. E como discutimos anteriormente, os alunos devem ser compreendidos de forma integral, abrangendo todas as dimensões que devem ser desenvolvidas do mesmo modo. Resultados semelhantes foram encontrados em pesquisa do mesmo projeto (no prelo) nas 11ª e 12ª GERE's.

Alusivo às características gerais dos professores, estes são em sua maioria homens (62,2%), de cor parda (64,6%) formados em universidades privadas (77,8%) possuindo alguma especialização (57,6%). Do total, 29,3% destes professores possuem vínculo profissional concursado e a maior parte são contratados (70,7%).

Estudos posteriores tendem a ser necessários para poderem evidenciar a influência dessa temática no ensino para saúde no âmbito escolar abarcando métodos e estratégias diferenciadas para uma contínua construção de conhecimento com destino aos profissionais e órgãos da educação e governos. Sobretudo aos professores de EFE, em prol de uma educação para a saúde mais presente no nosso estado alagoano e sobretudo no nosso país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. Q. DE. A saúde como afirmação das vidas na Educação Física escolar. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 44, p. e002722, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/SgsL4hHdwbczqZk4hYYQQP/#>. Acesso em: 19 jul. 2023.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTOS, P. de O.; CAVALCANTE, A. S. P.; FILHO, V. C. B. ESCOLA PROMOTORA DA SAÚDE: passado, presente e futuro para a promoção da saúde na escola. In LUZ, Leonardo Gomes de Oliveira; JÚNIOR, Arnaldo Tenório da Cunha. Escola e promoção da saúde. Evidências e possibilidades para democratizar a participação em atividades físicas na infância e na adolescência. 1ª Edição. Editora Performance. Arapiraca. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Programa Saúde na Escola, s/p, 2023. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/pse/>. Acesso em 05 de jul. de 2023.

BRASIL. Ministério de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Disque Direitos Humanos: relatório 2019. Brasília (DF); 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019_disque-100.pdf. Acesso em: 19 ago. 2023.

CAMPOS, I.T.M. et al. Educação em saúde e espiritualidade na perspectiva de tutores de medicina da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS). Interdisciplinary Journal of Health Education. 2020 Jul-dez;5(2):87-98. <https://doi.org/10.4322/ijhe.2020.011>. Disponível em: <https://ijhe.emnuvens.com.br/ijhe/article/view/412>. Acesso em: 19 ago. 2023.

Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. "Carta de Ottawa", 1986. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em: 10 jul 2023.

COSTA, L. H. DA.; SANTOS, M. DE S.; GÓIS JUNIOR, E. O discurso médico e a Educação Física nas escolas (Brasil, século XIX). Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 28, n. 2, p. 273–282, abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/K6FvCz4Ljd7ZRvWbWWHzz5g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CUNHA, G. de O. K. da; HARTWIG, T. W.; BERGMANN, G. G. . Intervenções nas aulas de educação física e a saúde mental de escolares: Estudo de protocolo. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, [S. l.], v. 28, p. 1–9, 2023. DOI: 10.12820/rbafs.28e0302. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/15012>. Acesso em: 11 ago. 2023.

CUNHA, S. D. M.; RODRIGUES, C. E.; CANTUARIA, L. F. dos S. Promoção e prevenção da saúde do escolar: percepções discentes através das práticas pedagógicas, 2022. In Educação Física Escolar: múltiplos olhares - ISBN 978-65-5360-241-0 - Vol. 1 - Ano 2022 - Editora Científica Digital.

DARIDO, S. C. et al. Práticas corporais: Educação Física. **Moderna LTDA**, 2018, São Paulo.

Organização Mundial da Saúde (OMS). Diretrizes da OMS para Atividade Física e Comportamento Sedentário, 2020. 1-24. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/337001/9789240014886-por.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

FERREIRA, P. V.; PLACCO, V. M. N. de S. THE ROLE OF THE SCHOOL IN THE CONSTITUTION OF HIGH SCHOOL STUDENTS' SPIRITUALITY. SciELO Preprints, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4715. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4715>. Acesso em: 12 ago. 2023.

GUEDES, Dartagnan Pinto. Educação para a saúde mediante programas de Educação Física escolar. Motriz. Journal of Physical Education. UNESP, p. 10-15, 1999. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ccs/pebII/Dartagnam_revista_motriz.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

LOPES, Daniela Sofia Almeida. O impacto do endividamento na qualidade de vida. 2022. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/40098>. Acesso em: 15 ago. 2023.

LOPES, M. DO S. V. et al. Análise do conceito de promoção da saúde. Texto & Contexto - Enfermagem, v. 19, n. 3, p. 461–468, jul. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tce/a/7S9L397xtfzFJpHqbtmL38t/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2023.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2012. Rio de Janeiro, 2012.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2015. Rio de Janeiro, 2016.

Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2019. Rio de Janeiro, 2021.

NAHAS, Markus V. Atividade física, saúde e qualidade de vida. 7. ed. Florianópolis, Ed. do Autor, 2017. p. 354, 2017. Disponível em:
https://sbafs.org.br/admin/files/papers/file_IlduWnhVZnP7.pdf. Acesso em: 29 jun. 2023.

NUNES, Tatiana Cortez; COUTO, Yara Aparecida. Educação física escolar e cultura corporal de movimento no processo educacional. I Seminário de Estudos em Educação Física Escolar, São Carlos, p. 1-37, 2006. Disponível em:
https://unifac.edu.br/images/materiais_de_apoio/ed_fisica/segundo_semestre_2014/patricia/processo_educacional.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

OLIVEIRA, D. L. DE. A 'nova' saúde pública e a promoção da saúde via educação: entre a tradição e a inovação. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 13, n. 3, p. 423–431, maio de 2005. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rlae/a/WPsnmqX4hMwLQswcbHvxtkQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SCLIAR, M.. História do conceito de saúde. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 17, n. 1, p. 29–41, jan. 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/physis/a/WNtwLvWQRFbscbzCywV9wGq/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SOUZA, C. M.. EDUCANDO O CORPO DESVALIDO: A EDUCAÇÃO FÍSICA NA HISTÓRIA DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE DE CRIANÇAS E JOVENS BRASILEIROS. Movimento, v. 25, p. e25057, 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/mov/a/7RxPhR5pFkN5z4JscQPmCkn/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SOUZA, Guilherme Santos; ROGERS, Pablo; ROGERS, Dany. Endividamento, qualidade de vida e saúde mental e física. **Encontro Gestão e Negócios**, 2019. Disponível em:
<http://www.poncedaher.net.br/egen/sites/default/files/Endividamento%2C%20Qualida>

de%20de%20Vida%20e%20Sa%C3%BAde%20Mental%20e%20F%C3%ADsica.pdf.
Acesso em: 15 ago. 2023.

NOTA: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

RECEBIDO: 27/09/2023

RECEIVED: 27/09/2023

RECIBIDO: 27/09/2023

APROVADO: 12/12/2023

APPROVED: 12/12/2023

APROBADO: 12/12/2023